

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8015 | Salvador, segunda-feira, 05.10.2020

Presidente em exercício Euclides Fagundes



BANCOS

Bolsonaro libera demissões

FOTOS - MANOEL PORTO



O sistema financeiro dá sustentação ao governo. Por isso mesmo Bolsonaro, diferentemente de outros líderes do mundo, nada faz contra as demissões promovidas pelos bancos na pandemia. No Brasil, as empresas têm passe livre para demitir. Total descompromisso com os bancários e a sociedade. Página 3



Grandes bancos, mesmo lucrativos, fazem demissões. SBBA pede o fim dos desligamentos



Nova aposta da loteria já desperta cobiça

Página 2

Sem o auxílio, situação estaria ainda bem pior

Página 4

Governo de olho na nova aposta da loteria

A nova Super Sete deve aumentar o valor arrecadado

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

AS LOTERIAS da Caixa são essenciais para o desenvolvimento social do país e, mesmo assim, áreas rentáveis do banco estão na mira da política entreguista do governo. Como a nova modalidade, a Super Sete, pode contribuir para o aumento de recursos a serem repassados para programas sociais administrados pela instituição financeira, as entidades representativas estão preocupadas que a intenção de Bolsonaro seja tornar a subsidiária mais atrativa para privatizá-la.

É estimado um acréscimo de R\$ 1 bilhão por ano na arrecadação das loterias federais com a criação do Super Sete e as mudanças realizadas no Lotofácil. Apenas em 2019, as loterias arrecadaram R\$ 16,7 bilhões, sendo que R\$ 6,5 bilhões foram destinados para educação, saúde, segurança, cultura e esporte. Com Bolsonaro, todo cuidado é pouco. Não é novidade para ninguém que o governo quer faltar a Caixa para depois vender o único banco 100% público do país. Vale lembrar que no ano passado a Lotex foi vendida por um valor abaixo das avaliações de mercado. A privatização fez parte do PPI (Programa de Parceria e Investimentos), criado ainda no governo Temer.



Com a Super Sete, estima-se aumento de R\$ 1 bilhão na arrecadação

Reconhecimento é de fachada

UM RECONHECIMENTO de fachada. Ao mesmo tempo que diz reconhecer o esforço dos gerentes gerais durante a pandemia de Covid-19, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, limitou o teletrabalho dos GGRs (Gerentes Gerais de Rede) a apenas dois dias por mês. Dessa forma, os empregados ficam impossibilitados de participação no rodízio.

Depois de meses de cobrança

do movimento sindical, a Caixa anunciou, como se fosse uma medida espontânea da empresa, que os GGRs que trabalharam aos sábados durante a abertura das agências para o pagamento do auxílio emergencial terão 10 dias de compensação.

O fim do trabalho aos sábados e a devida remuneração dos GGRs são compromissos antigos, mas a atual gestão da Caixa cria exceções e abusos.

Venda de refinarias da Petrobras ameaça estatais

A DECISÃO do STF (Supremo Tribunal Federal), de que a venda das subsidiárias da Petrobras independe de autorização do Congresso Nacional, facilita a venda de outras estatais. O caminho fica cada vez mais fácil para Bolsonaro entregar o Brasil à iniciativa privada.

O STF negou liminar às mesas diretoras da Câmara Federal e do Senado e autorizou a privatização de oito refinarias da estatal sem o aval do Legislativo.

As refinarias são responsáveis pelo refino de metade da produção nacional do segmento, o que representa capacidade de refino de 1,1 milhão de barris de petróleo por dia.



STF autoriza a privatização de oito refinarias da Petrobras. Entreguismo

O ministro do STF, Ricardo Lewandowski, voto vencido, alertou que o setor privado

Quarta-feira tem Encontro internacional

O DIA 7 de outubro será histórico. Com o tema "O Público em Mãos Públicas", acontece, às 11h, o 1º Encontro Internacional em Defesa das Empresas e Serviços Públicos - Fórum das Américas em Defesa dos Empregos, Empresas e Serviços Públicos de Qualidade.

O evento é uma excelente oportunidade para organizar e globalizar o debate sobre o papel do Estado e a importância dos serviços e empresas públicas. Em função da pandemia de Covid-19, o encontro será virtual, com transmissão cruzada por várias entidades.

Na pauta, a elaboração de um novo contrato social com trabalho decente e acesso universal a bens e serviços públicos; um Estado democrático com orçamento público a serviço da sociedade e para a justiça fiscal e contra a privatização estatal e a captação corporativa de empresas públicas.

Para participar é necessário fazer inscrição. O *link* está disponível no *site* do Sindicato.



Protesto contra desligamentos no Itaú. Chega

O **ITAÚ**, maior banco privado do país, demonstra que não se importa nem um pouco com os bancários, pais e mães de família. A empresa já demitiu cerca de 400 funcionários em plena pandemia de Covid-19.

Os desligamentos, principalmente do setor de veículos, são injustificáveis. O Itaú lucrrou R\$ 28,4 bilhões em 2019 e R\$ 8 bilhões somente no primeiro semestre deste ano.

Para expor a falta de respeito do Itaú com bancários e clientes, a *hashtag* #ItaúNaoDemitaMeusPais tomou conta das redes sociais, na sexta-feira, durante tuitaço dos trabalhadores contra as demissões.

O Itaú alega que está demitindo os funcionários com baixa performance. Grande inverdade. Há relatos de trabalhadores que foram desligados mesmo com uma ótima atuação. É maldade mesmo.

SBBA quer fim do ranqueamento de bancários do Banco do Brasil

O **SINDICATO** dos Bancários da Bahia exige que o BB cumpra a cláusula 23ª do Acordo Coletivo de Trabalho, a qual define que os bancos, no monitoramento de resultados, não exporão publicamente o *ranking* individual dos funcionários.

É importante lembrar que a cláusula 39ª da CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) da categoria também proíbe a exposição do *ranking*

individual dos funcionários.

Mas, em descumprimento ao ACT e à CCT em vigência, o Banco do Brasil expõe os nomes dos funcionários no sistema de classificação do PDG (Programa de Desempenho Gratificado). A proibição foi conquistada na campanha salarial de 2011 para reduzir o assédio moral e cobranças excessivas aos bancários, que acabam levando ao adoecimento.

Lucros expressivos. Demissões também

No país, gigantes do sistema financeiro mostram a falta de responsabilidade social

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

EM SITUAÇÃO financeira de dar inveja a qualquer brasileiro que está longe do seletorol dos bilionários, os grandes bancos têm demitido sem pena durante a pandemia causada pelo coronavírus. As empresas descumprem o acordo firmado de não realizar desligamentos no período da crise sanitária.

O movimento sindical tem protestado de forma contundente. No Brasil, as empresas têm aval de Bolsonaro, que sempre mostrou falta de consideração com os trabalhadores. Em outros países, durante a pandemia, os governos não deixam que as empresas lucrativas demitam.

No Brasil é bem diferente. Somente o Santander demitiu mais de 1 mil bancários. O Itaú já realizou 400 desligamentos e agora o Bradesco já começou a dispensar funcionários também.

As cifras bilionárias mostram que os bancos, diferentemente de muitas empresas que enfrentam dificuldades na pandemia, não foram atingidos pela crise. O Bradesco é a companhia aberta com os maiores lucros da América Latina no primeiro semestre. Foram mais de R\$ 7 bilhões no período.

O Itaú é outro gigante. Tem a marca mais valiosa do país, avaliada em R\$ 24,5 bilhões. O Santander não fica por baixo. A lucratividade do banco no Brasil representa 32% de todo o lucro mundial. A empresa fez uma reserva de R\$ 10,4 bilhões para cobrir possíveis calotes, o que reduziu os ganhos de R\$ 7,749 bilhões para R\$ 5,989 bilhões. Sem as provisões para créditos de liquidação duvidosa, a queda no lucro viraria crescimento de 8,8%.

Inconformado com a atitude cruel dos bancos, o Sindicato dos Bancários da Bahia cobra a suspensão das demissões e integra as campanhas nacionais que denunciam a quebra do compromisso da empresa de não demitir.



Antecipação do auxílio-doença ainda em vigor. Se ligue no INSS

A **ANTECIPAÇÃO** do auxílio-doença concedido pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) continua em vigor em todo o país. Todos os segurados podem solicitar o adiantamento. Antes, o procedimento só era válido para quem morava a mais de 70 quilômetros de uma agência com o serviço de perícia médica.

O valor da antecipação do benefício é de um salário mínimo, R\$ 1.045,00, e deve ser soli-

citado pelo *Meu INSS*, enviando o atestado médico, que passará por análise da perícia, e a declaração de responsabilidade pelos documentos apresentados.

O segurado que fizer essa opção será notificado pelo INSS para agendamento da perícia médica destinada à concessão definitiva do benefício e o pagamento da diferença devida, caso tenha direito a um valor maior do que o recebido.

Auxílio socorre o povo

Mais de 4,2 milhões de lares são beneficiados

ANGÉLICA ALVES
imprensa@bancariosbahia.org.br

MESMO sem muito esforço do governo, o auxílio emergencial tem sido responsável por socorrer a população brasileira e manter a economia ativa durante a pandemia causada pelo coronavírus. Em agosto, cerca de 4,25 milhões de domicílios brasileiros sobreviveram somente com os R\$ 600,00, valor conquistado à base de intensa mobilização dos movimentos social e sindical. Apesar disso, Bolsonaro reduziu o benefício à metade.

Estudo do Ipea (Instituto de



Em agosto, cerca de 4,25 milhões de domicílios brasileiros sobreviveram somente com o auxílio de R\$ 600,00

Pesquisa Econômica Aplicada) também mostra que a fatia de famílias dependentes do auxílio foi de 6,2% entre todos os lares existentes no país.

Somando o recebimento do benefício com o valor cheio à

renda do trabalho, o rendimento domiciliar médio aumentou em mais de 3%. Já o derivado do auxílio superou em 41% a perda salarial do trabalho.

O Ipea ainda aponta que, se todos os domicílios beneficia-

dos pelo auxílio emergencial tivessem recebido, em agosto, apenas metade do valor, R\$ 300,00, a renda domiciliar média teria sido 5,3% menor. Entre os lares com rendimento muito baixo, cairia quase 20%.

SAQUE

Rogaciano Medeiros

GRAVÍSSIMO A decisão do STF, que por 6x4 autorizou o governo Bolsonaro a vender oito refinarias sem consultar o Congresso - é a privatização da Petrobras -, deixa claro que, no plano institucional, é possível até obter vitórias pontuais contra o neofascismo, mas na pauta econômica ultraliberal é só derrota. No Judiciário e no Parlamento. O ultraliberalismo unifica as elites nativas.

PILHAGEM O Brasil está sendo desmontado totalmente. O poder econômico se aproveita da pandemia, que dificulta a ocupação das ruas com mobilização popular, a fim de evitar aglomerações, para meter mão na riqueza nacional. Além da Petrobras, a Caixa, BB, Correios, Eletrobras e muitas outras estatais têm sido fatiadas para a venda. Privatizações disfarçadas, indiretas.

INVERTEBRADAS A tradição entreguista das elites brasileiras, que ainda têm a desfaçatez de falarem em patriotismo, é uma das chagas do Brasil colônia. Nunca conseguiram superar o espírito de servilismo à metrópole. Naquela época Portugal, hoje EUA. Por isso tanta violação à soberania nacional. Em troca de uma pequena fatia da pilhagem, se dobram. Não têm coluna vertebral.

DEVER Ao negar o pedido da defesa de Lula para que o processo do triplex no STJ fique parado enquanto a 2ª Turma do STF não julgar a suspeição de Moro, o ministro Edson Fachin mostra que, institucionalmente, o lavajatismo ainda tem força e continua agredindo o Estado democrático de direito. A decisão foi política. O supremo tem o dever de corrigir tamanho absurdo.

LEMBRANDO Como muita gente está esquecida e outras tantas não sabem, custa nada lembrar que o colunista da Folha Hélio Schwartsman, que na sexta-feira defendeu a venda da Amazônia por uma "boa bolada", é o mesmo que, em 7 de julho, desejou a morte de Bolsonaro. Conclusão a critério do leitor.

Os super-ricos devem bancar Renda Cidadã

OS BRASILEIROS considerados super-ricos podem e devem financiar o programa Renda Cidadã, o "substituto" do Bolsa Família. Se o governo Bolsonaro ampliar as alíquotas do Imposto de Renda sobre os maiores rendimentos e regulamentar o IGF (Imposto sobre Grandes Fortunas), seriam arrecadados quase R\$ 2 trilhões em 10 anos.

A Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital) aponta que o imposto atingiria apenas 0,3% da população. Para o sistema tributário

brasileiro, a cobrança dos mais endinheirados do país seria uma injeção de progressividade. Além de ser suficiente para bancar diversos projetos sociais.

Os cálculos foram feitos a partir do anúncio do governo Bolsonaro, que pretende financiar o Renda Cidadã com recursos do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e da rolagem das dívidas dos precatórios. Mais uma artimanha para deixar livre quem mais precisa pagar impostos.

TIRANDO DOCE DE CRIANÇA

